

PETRÓLEO

Alta pode afetar metas fiscais para 2001

Analistas advertem que governo terá de achar formas para suprir perdas na arrecadação

LILIANA LAHORATTI

BRASÍLIA – A crise do petróleo poderá ter um impacto danoso nas metas fiscais de 2001. Segundo o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, ela introduziu um ingrediente negativo no até então tranquilo quadro fiscal do País, que permitiu reduzir a meta de superávit primário para o próximo ano acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, com isso, criar perspectivas de elevação dos gastos sociais. “Existem muitas incertezas pela frente, mas se o problema continuar se agravando e se estender por muitos meses, o governo terá de encontrar alternativas para cobrir o buraco deixado pela provável falta de arrecadação de R\$ 6,5 bilhões da Parcela de Preço Específica (PPE)”, afirmou Velloso.

A PPE é uma sobretaxa nos preços das refinarias criada no fim de 1996 que, até 1999 – período de baixa na cotação do petróleo no mercado externo –, permitiu ao Tesouro Nacional apropriar-se de parte dos lucros da Petrobrás. Em sua avaliação, a menos que os preços do petróleo no mercado internacional despenquem, a conta-pe-

CONTA-
PETRÓLEO
CORRE
RISCO



Para Mailson, pressão do câmbio amplia vulnerabilidade do País

tróleo vai desaparecer. Nesse cenário, não há perspectiva de que, em 2001, a Petrobrás consiga suprir sozinha estes recursos, com seu lucro crescente, como está sen-

do feito este ano. Para o economista, “tudo vai depender em quanto o resultado da Petrobrás cobrirá a frustração da conta petróleo e se os investimentos da estatal continuarão reprimidos como agora, além da variação de outros gastos do governo”.

Mailson – O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega considera que a meta de superávit primário para 2001, recentemente reduzida, terá de ser revista se evoluir o ainda pequeno risco de uma guerra dos países ocidentais contra o Iraque. O objetivo de criar saldo positivo das receitas em relação às despesas é reduzir a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB).

“A permanência da crise do petróleo significa pressão no câmbio, que eleva a dívida externa e também a vulnerabilidade do País”,

afirmou Mailson.

As outras consequências são o aumento do risco Brasil, que faz os investidores exigirem maiores taxas de juros e, com isso, o crescimento da economia poderá ser prejudicado. “A confiança que existia no País levou o FMI a diminuir a meta de superávit primário para o próximo ano de 2,6% para 2,25% do PIB, mas a crise do petróleo está mudando esse quadro”, analisou o ex-ministro.

O consultor do Congresso e diretor do Conselho Regional de Economia José Fernando Cosentino também acredita que a paridade dos preços da Petrobrás com os do mercado internacional vai ajudar na manutenção do atual quadro fiscal, garantindo o cumprimento das metas fiscais, apesar da frustração da PPE já neste ano.

Em medida provisória baixada recentemente, o Executivo reduziu de 2,65% para 2,08% do PIB o superávit primário do governo federal. A diferença (0,57% do PIB) será coberta com o lucro das estatais federais, que está bem acima do esperado.

Essa flexibilização no cumprimento das metas fiscais também está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001.

Cosentino lembra, porém, que ainda não existe um dispositivo legal obrigando a Petrobrás a acumular esse saldo em vez de investi-lo a partir de 2002. “Portanto, terá de ser encontrado um substituto para a PPE”, concluiu o consultor.